BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação Ideies
ANO 2 – NÚMERO 15 – NOVEMBRO DE 2018

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Industrial e Educacional do Espírito Santo (Ideies), entidade do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

O Boletim está dividido em sete seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado.** Nesta edição, o assunto em destaque é a avaliação da situação fiscal dos estados pelo Tesouro Nacional.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – apresenta os últimos dados da atividade econômica e o desempenho geral dos setores, relativos ao Brasil e ao Espírito Santo.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – dados como a produção física, emprego na indústria e os índices de confiança são analisados de forma mais detalhada, com comparações entre o desempenho brasileiro e o capixaba.

A quarta seção – **Comércio Exterior** – discorre sobre exportação e importação no Espírito Santo, o saldo da balança comercial, além de apresentar a evolução dos preços das commodities.

A quinta seção – **Crédito** – aborda o desempenho deste mercado, analisando a evolução do saldo de operações, inadimplência, taxas de juros e spread bancário.

A sexta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa a evolução das receitas e despesas do Governo do Estado do Espírito Santo nos primeiros dez meses de 2018, comparando os resultados com os anos anteriores.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

O objetivo do Boletim Econômico Capixaba é apresentar os últimos dados disponíveis de cada variável. Assim, para algumas – como produção física, comércio, serviços e crédito –, a última informação refere-se a setembro de 2018. Para outras, como inflação, comércio exterior e finanças públicas, os números mais recentes são de outubro de 2018. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 27/11/2018.

O Ideies disponibiliza em seu portal o "Ideies em Dados", espaço que concentra os dados de diversas fontes oficiais, inclusive as utilizadas nesse boletim. Acesse em: https://ideies.org.br/dados/.

Ótima leitura!

Seções

1. Assunto em Destaque – Tesouro Nacional avalia situação fiscal dos estados 02
2. Cenário Econômico 04
3. Desempenho Industrial 08
4. Comércio Exterior 11
5. Crédito 15
6. Finanças Públicas Estaduais 19
7. Comentários Finais 22

1. Assunto em Destaque: Tesouro Nacional avalia situação fiscal dos estados

O Tesouro Nacional publicou em novembro de 2018 o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, levando em consideração as finanças públicas registradas pelos estados e municípios em 2017. O documento é dividido em três partes. A primeira, apresenta um panorama fiscal, com informações dos Estados, Distrito Federal e Municípios. A segunda está concentrada na capacidade de pagamento dos entes federados. E a terceira parte da publicação aborda questões relacionadas ao federalismo e sustentabilidade fiscal dos entes com temas sobre arrecadação de ICMS e previdência estadual.

Neste assunto em destaque será discorrido sobre a segunda parte, a capacidade de pagamentos dos Estados. Para tanto, o Tesouro Nacional utiliza três indicadores: (i) endividamento, (ii) poupança corrente e (iii) índice de liquidez.

i) O indicador de endividamento tem por objetivo avaliar o grau de solvência do ente, por meio de seu estoque de passivos.

$$DC = \frac{Dívida\ Consolidada\ Bruta}{Receita\ Corrente\ Líquida}$$

Parâmetros de avaliação:

Nota	Parâmetro
A	DC < 60%
B	60% < DC < 150%
C	DC < 150%

ii) A poupança corrente verificar se o ente está fazendo poupança suficiente para absorver o crescimento de suas despesas.

$$PC = \frac{Despesas\ Correntes}{Receita\ Corrente\ Ajustada}$$

Parâmetros de avaliação:

Nota	Parâmetro
A	PC < 90%
B	90% < PC < 95%
C	PC < 95%

iii) O índice de liquidez mostra se o ente tem uma situação de caixa que permita honrar suas obrigações financeiras de curto prazo[1].

$$IL = \frac{Obrigações\ Financeiras}{Disponibilidade\ de\ Caixa\ Bruta}$$

Parâmetros de avaliação:

Nota	Parâmetro
A	IL < 1
C	IL > 1

O conceito final é derivado da avaliação desses três indicadores. De acordo com os critérios do Tesouro Nacional, só quem obtiver nota A ou B estará elegível a receber garantia da União para novos empréstimos com taxas de juros mais baixas.

> ***Em 2018, o Espírito Santo foi o único estado do Brasil a receber nota "A" na avaliação do Tesouro Nacional, repetindo o bom desempenho registrado no ano anterior. Em 2017, o Estado dividiu o topo do ranking com o Pará que, em 2018, baixou para nota "B". Esta avaliação é muito importante por retratar o equilíbrio fiscal e aumentar a atração de investimentos para o Estado.***

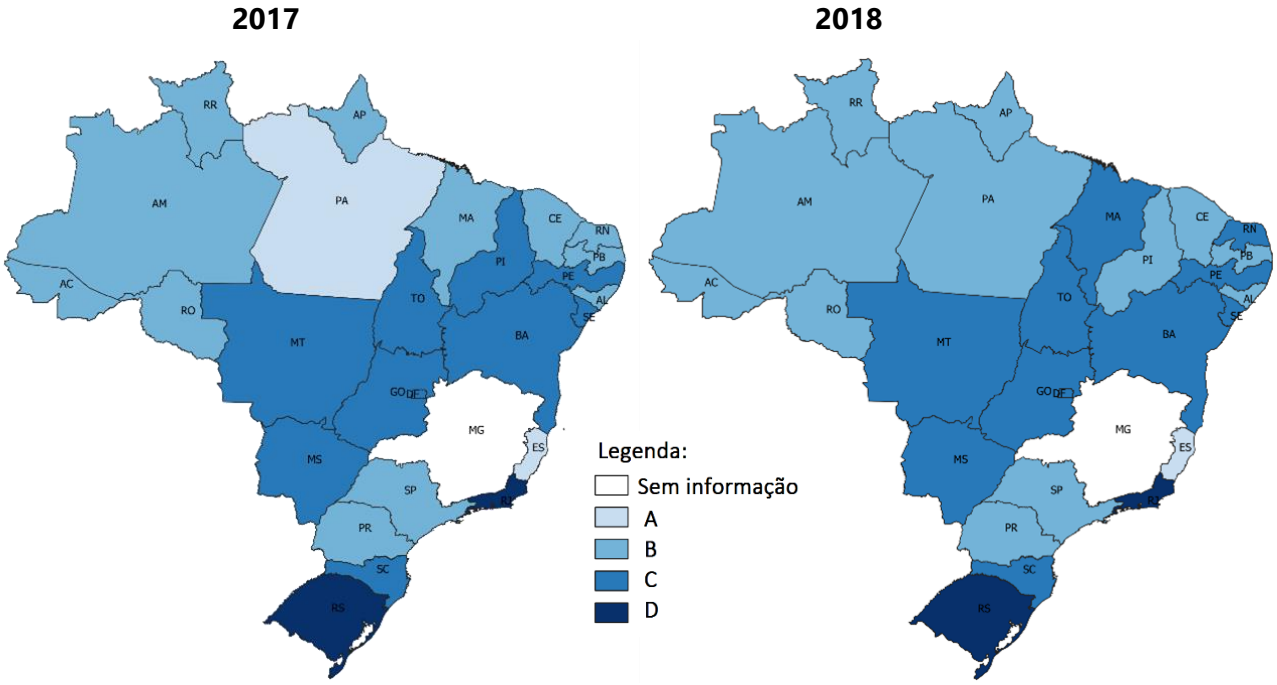
Os casos mais críticos são os do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Ambos os Estados receberam nota final D na avaliação de 2018 por possuírem alto endividamento e descompasso entre as receitas correntes e despesas correntes, além de não terem caixa de recursos não vinculados para honrar as obrigações financeiras.

Minas Gerais, a exemplo do que já ocorreu em 2017, foi o único estado a ficar de fora da classificação por não apresentar informações sobre disponibilidade de recursos não vinculados, ou seja, aqueles disponíveis para livre programação, sem destinação específica que possibilite cumprir obrigações a curto prazo. Por consequência, ele também fica impedido de realizar empréstimos frente à União.

Se analisado os indicadores individualmente, o Espírito Santo obteve nota A em todos, tanto em 2018 quanto em 2017. Na avaliação de 2018, no indicador endividamento, 10 estados obtiveram conceito A, 13 conceitos B e 4 tiveram nota C. No indicador poupança corrente o desempenho dos entes foi um pouco pior, em que 5 estados foram avaliados com A, 9 com B, e 13 com C. Em relação ao índice de liquidez, 17 estados obtiveram o maior conceito "A" e outros 9, conceito C.

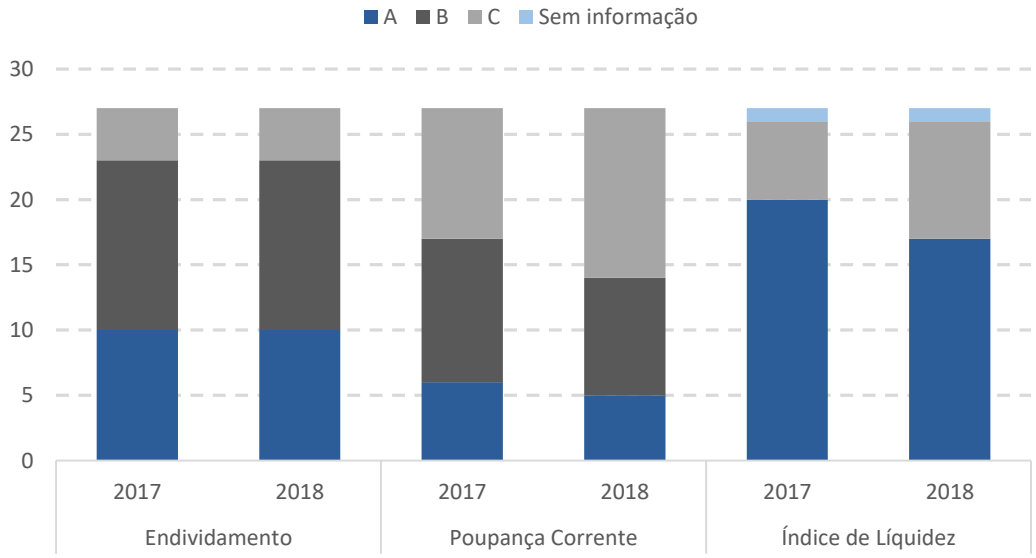
[1] O indicador de liquidez possui apenas duas possibilidades de conceito de nota: A ou C.

Figura 1 – Situação fiscal dos estados e do Distrito Federal na metodologia do Tesouro Nacional



Nota: Roraima, que possui nota B em 2018, está sob avaliação para validação desta nota.
Fonte: Tesouro Nacional
Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 1 – Nota dos estados para cada indicador, 2017-2018



Fonte: Tesouro Nacional
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Nem todos os indicadores possuem flexibilidade para gerar mudanças de resultado de um ano para outro, a exemplo do indicador de endividamento que refere-se a um estoque que está sendo acumulado há muitas décadas e seu ajuste requer esforços de longo prazo. Por mais que o estado tenha uma situação boa de curto e médio prazo (caixa líquida e poupança positivos), ele permaneceria sem poder contratar operações de crédito pelo baixo desempenho neste indicador.

A médio prazo, o indicador de poupança corrente mostra-se passível de atenção para os entes, pois, dos três indicadores analisados, a maior dificuldade dos estados está em fazer reserva para absorver o crescimento das despesas. Assim, uma boa gestão financeira é capaz de melhorar o resultado deste indicador em um prazo menor que os demais, auxiliando para que o estado melhore sua avaliação final.

Uma boa avaliação no boletim do Tesouro Nacional tem impacto nas possibilidades de contratação de empréstimos pelos entes. A garantia da União só será concedida aos estados que obtiverem nota "A" ou "B". Assim, O Espírito Santo manteve sua autorização para transações ao mesmo tempo que, frente aos outros estados, apresenta um bom desempenho nas finanças públicas estaduais.

2. Cenário Econômico

Na última reunião do Comitê de Política Monetária, encerrada em 31 de outubro, a instituição manteve a taxa básica de juros em 6,5%, mesmo patamar desde a reunião de março.

O Copom sinalizou, em ata, que a redução das incertezas domésticas, no que diz respeito às eleições presidenciais, gerou queda nos prêmios de risco de ativos brasileiros como juros e câmbio e está por trás da melhora no balanço de risco para a inflação. Estes fatores permitiram a manutenção da Selic. Segundo o Comitê, existe chance da inflação voltar a subir caso haja "frustração de expectativas sobre a continuidade das reformas e dos ajustes necessários na economia brasileira.

A projeção do mercado para a Selic no final de 2018, divulgada semanalmente pelo Relatório Focus, permaneceu em 6,50% (26ª semana de estabilidade) e para o final de 2019 manteve-se em 8,00%.

Em relação à atividade econômica, a expectativa é que o país cresça 1,39% em 2018, de acordo com os economistas consultados pelo Banco Central. Há quatro semanas, a estimativa era de crescimento de 1,36%. Para 2019, o mercado manteve a expectativa de crescimento em 2,50%, quarta semana neste mesmo patamar[2].

A alteração mais expressiva, segundo a média de projeções entre as cerca de 100 instituições financeiras consultadas pelo Banco Central, foi o cenário para a inflação oficial em 2018. Ocorreu uma redução pela quinta semana consecutiva, saindo de uma expectativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,13% para 3,94%. Para 2019, os economistas das instituições financeiras reduziram suas expectativas de inflação de 4,20% para 4,12%.

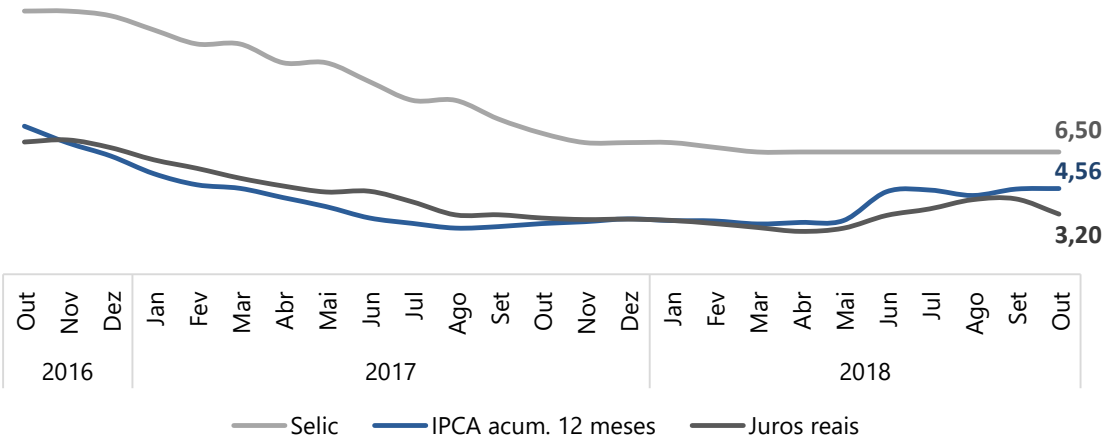
Até o mês de outubro, o IPCA no acumulado em 12 meses está em 4,56%, percentual 0,06% acima do centro da meta do índice para 2018[3]. É importante ressaltar que os preços monitorados (ou administrados)[4] tiveram um peso significativo (9,48%) nessa base de comparação, com destaque para a gasolina e para a energia elétrica residencial.

[2] No próximo dia 30, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga o desempenho da economia brasileira no terceiro trimestre.
[3] A meta de 2018 é manter a inflação em 4,5% ao ano, podendo variar entre 3% e 6%. Para 2019 e 2020, as metas de inflação são de 4,25% (podendo variar entre 2,75% e 5,75%) e 4% (com margem de 2,5% a 5,5%), respectivamente. Para 2021, a meta será atingir um IPCA de 3,75% no ano, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, podendo variar entre 5,25% e 2,25%.
[4] Os produtos e serviços que compõem o IPCA podem ser divididos entre os que têm preços livres, ou seja, que variam de acordo com o mercado, e os que tem preços administrados, que são os preços regulados por contrato ou por órgão público.

No período de janeiro a outubro, a inflação alcançou 3,81%. Em ambas as bases, tanto em 12 meses quanto no acumulado do ano, na comparação com 2017, a inflação está mais alta. No ano passado o IPCA era de 2,70% em 12 meses até outubro, abaixo do piso da meta de 3,00%. E, entre janeiro a outubro de 2017, o índice registrado foi de 2,21%.

Na análise mensal, após acelerar 0,48% em setembro, o índice nacional subiu 0,45% no mês de outubro. Apesar da desaceleração em relação ao mês anterior, a taxa é a maior para outubro desde 2015, influenciada por alimentação e transportes.

Gráfico 2 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e Juros Reais (%)



Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LCA
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 1 - Variação (%) do IPCA - Outubro de 2018

Período	Brasil	RMGV
No mês	0,45	0,70
Preços Livres	0,42	0,62
Preços Administrados	0,54	0,92
Acumulado em 12 meses	4,56	4,89
Preços Livres	2,74	2,81
Preços Administrados	9,48	10,89
Acumulado no ano	3,81	4,51

Fonte: IBGE; Banco Central do Brasil; Ideies
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

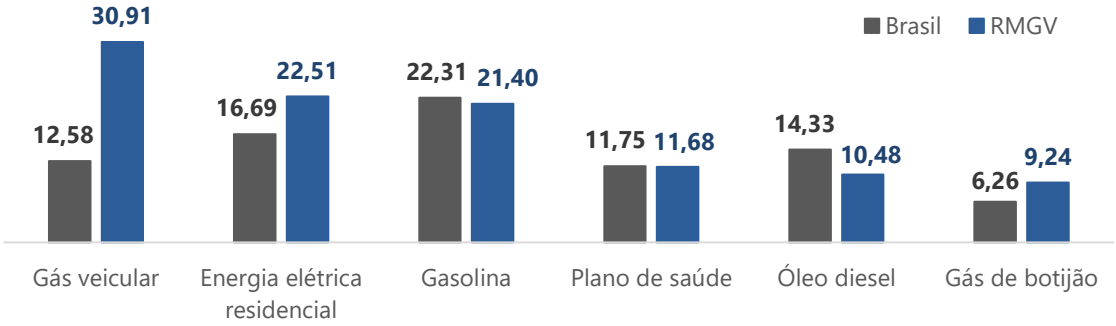
Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), a inflação mensurada pelo IPCA cresceu 4,89% no acumulado em 12 meses. Nessa base de comparação, os preços monitorados, assim como no Brasil, tiveram um peso significativo na composição do índice na RMGV (10,89%)[5].

No mês, o índice na RMGV foi de 0,70% após variação de 0,88% em setembro. Em outubro, o IPCA regional foi puxado, principalmente, pelos grupos de alimentação e bebidas (1,09%), habitação (0,99%) e transportes (0,91%).

Os preços livres apresentaram variação de 0,62% e os monitorados de 0,92%, evidenciando o peso deste último na composição do índice geral.

[5] Para mais informações, veja a Nota Conjuntural do IPCA elaborada pelo Ideies disponível em: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2018/11/IPCA_outubro-1.pdf

Gráfico 3 – IPCA dos principais preços monitorados, variação (%) acumulada em 12 meses – outubro de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em setembro, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br)[6] registrou crescimento de 1,45% no acumulado em 12 meses e de 1,14% no acumulado do ano.

Na análise mensal, o indicador recuou -0,09% em setembro em relação agosto, mas ainda assim terminou o terceiro trimestre com expansão de 1,74%, na série com ajuste sazonal. Esse crescimento trimestral, após duas quedas seguidas, indica uma recuperação da economia, ainda que lenta, principalmente após a greve dos caminhoneiros ter impactado a atividade no período entre abril e junho.

O IBCR capixaba, por sua vez, apresenta crescimento de 2,34% no acumulado em 12 meses até setembro e de 2,56% no acumulado do ano, ambos valores acima da média nacional.

Ao contrário do Brasil, o indicador mensal do Espírito Santo registrou crescimento, de 0,37% em setembro em relação a agosto. Ao confrontar com o trimestre imediatamente anterior, o IBCR-ES mostrou avanço de 0,29% no 3º trimestre de 2018, na série com ajuste sazonal. Esses resultados mantêm a expectativa do PIB capixaba ser positivo para o terceiro trimestre de 2018[7].

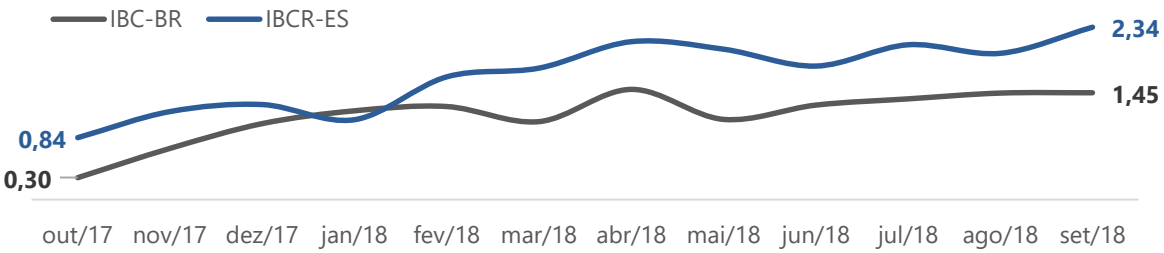
Tabela 2 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Set 2018 / Ago 2018[1]	Set 2018 / Set 2017	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-Br)	-0,09	0,72	1,14	1,45
Índice de atividade econômica regional ES	0,37	4,59	2,56	2,34
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-1,8	-2,0	1,9	2,7
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	0,9	3,6	-2,7	-2,5
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-1,3	0,1	2,3	2,8
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	-1,8	3,6	7,5	5,8
Volume de vendas do comércio varejista ampliado[2] - Brasil	-1,5	2,2	5,2	5,8
Volume de vendas do comércio varejista ampliado[2] - ES	1,8	13	14,5	14,3
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	0,0	3,2	2,3	2,9
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-0,3	0,5	-0,4	-0,3

[1] Valores com ajuste sazonal.
[2] Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.
Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[6] Embora seja anunciado como "PIB do BC", o IBC-Br tem metodologia de cálculo distinta das Contas Nacionais, calculadas pelo IBGE.
[7] Para mais informações ver Nota Conjuntural IBCR-ES, publicada pelo Ideies: https://ideies.org.br/publicacoes/nota-ibcr-es-set-18/

Gráfico 4 - IBC-BR vs IBCR-ES - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil e IJSN
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em relação às receitas federais, a arrecadação teve alta real (descontada a inflação) de 4,12% em outubro, na comparação com igual mês do ano anterior, atingindo R$ 131,8 bilhões. O resultado é o melhor para o mês desde 2016, quando atingiu R$ 159,7 bilhões, conforme dados da Receita Federal.

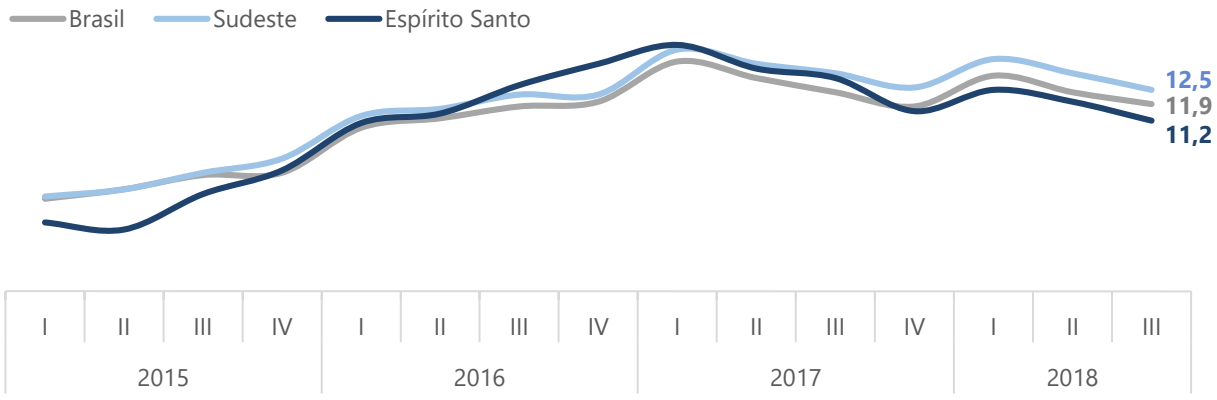
No acumulado do ano, a arrecadação federal somou R$ 1,196 trilhão, com crescimento real de 5,98% na comparação com o mesmo período do ano passado. Foi a maior arrecadação para este período desde 2014.

As receitas administradas pela Receita Federal[9] totalizaram R$ 120,3 bilhões, aumento real de 0,14% em outubro, em comparação com um ano atrás. Já a receita própria de outros órgãos federais, foi de R$ 11,5 bilhões no mês passado, aumento real de 77,54% o comparar com o mesmo mês do ano anterior.

Uma boa notícia referente ao terceiro trimestre do ano ficou por conta do mercado de trabalho. A taxa de desocupação brasileira, que é o indicador oficial de desemprego, reduziu novamente. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo IBGE, a taxa de desocupação no Brasil ficou em 11,9% no trimestre encerrado em setembro. No trimestre imediatamente anterior, a taxa foi de 12,4%. Existem, no Brasil, 12,5 milhões de pessoas desempregadas. O indicador para a região sudeste continua bem acima da média nacional, com 12,5%.

No Espírito Santo a taxa de desocupação ficou em 11,2%, redução de -0,8 ponto percentual em relação ao segundo trimestre deste ano. Assim, o resultado capixaba foi melhor que a média nacional e que a média da região sudeste[9].

Gráfico 5 - Taxa de Desocupação (%) – Brasil, Sudeste e Espírito Santo



Fonte: Rais / MTE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[8] As receitas administradas pela Receita Federal englobam todas as receitas que são arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos federais da administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de um serviço direto à população, bem como os recursos de doações e convênios (por exemplo, impostos e contribuições). As Demais Receitas do Governo Federal compreendem aquelas receitas não-administradas pela Receita Federal do Brasil, por exemplo os royalties do petróleo.

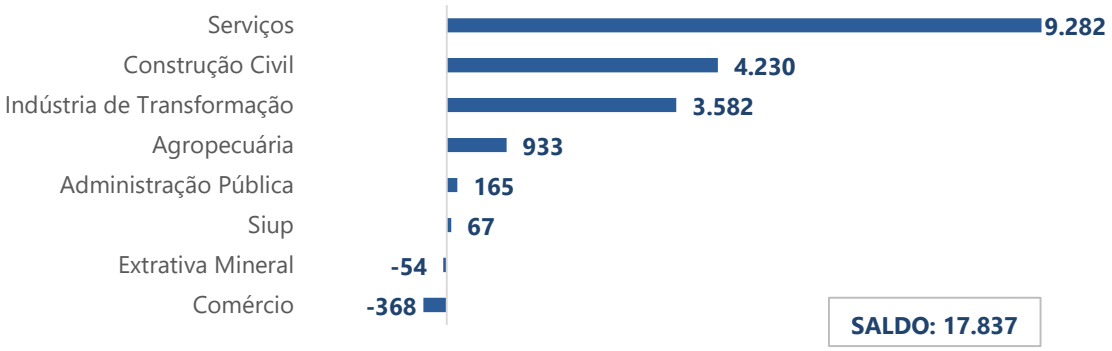
[9] Para mais informações ver Nota Conjuntural PNAD, elaborada pelo Ideies: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Nota-PNAD-3%C2%BA-trim_18-1.pdf

O resultado apresentado pela PNAD segue a direção do comportamento do mercado de trabalho formal, que até outubro registrou a geração de 790,6 mil postos formais de trabalho no Brasil e 17,8 mil no Espírito Santo, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados no último dia 21, pelo Ministério do Trabalho (MTE).

Com esse resultado, o estoque de empregos formais do estado encerra o mês de outubro com 717.9 mil trabalhadores.

Deste total, 44,7% estão alocados no setor de serviços (321,0 mil), 25,2% no comércio (181,1 mil), 23,6% na indústria (169,1 mil empregos) e 4,5% na agropecuária (31,9 mil empregados)[10].

Gráfico 6 - Saldo de empregos formais no Espírito Santo – Jan-Out de 2018



Fonte: Rais / MTE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

3. Desempenho Industrial

A produção física da indústria brasileira registrou, em setembro, um crescimento de 2,7% no acumulado em 12 meses, influenciado pelo aumento da fabricação de bens de capital (9,3%) e de consumo (3,2%). No acumulado do ano, a indústria do país cresceu 1,9%, com variações positivas em todas as grandes categorias econômicas.

Na comparação de setembro de 2018 contra o mesmo mês do ano anterior, a indústria brasileira caiu -2,0%, após variação interanual positiva de 1,7% em agosto.

Tabela 3 – Variação da produção física da indústria do Brasil (%)

Descrição	Setembro 2018 / Agosto 2018*	Agosto 2018 / Agosto 2017	Acumulado do Ano	Acumulado em 12 meses
Por grupos industriais				
Indústria geral	-1,8	-2,0	1,9	2,7
Indústria extrativa	-0,3	0,2	0,3	0,2
Indústria de transformação	-1,4	-2,4	2,2	3,1
Por grandes categoria econômica				
Bens de capital	-1,3	3,9	8,5	9,2
Bens intermediários	-1,0	-2,6	1,0	1,7
Bens de consumo	-1,5	-2,0	2,4	3,2
Bens de consumo duráveis	-5,5	-4,5	11,6	13,1
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,7	-1,4	0,1	0,8

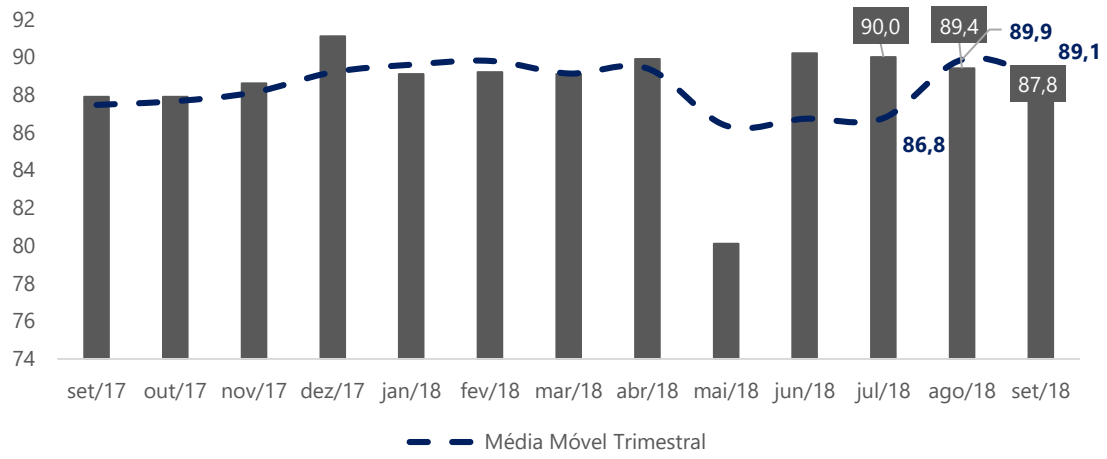
(*) Série com ajuste sazonal
Fonte: PIM-PF / IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[10] Para mais informações ver Nota Conjuntural CAGED, elaborada pelo Ideies: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Nota-Caged-Novembro-2018.pdf

Na passagem de agosto para setembro desse ano, na série com ajuste sazonal, a produção da indústria do Brasil recuou -1,8%, com quedas em todas as categorias econômicas. Essa foi a terceira variação marginal negativa consecutiva, demostrando certa dificuldade na manutenção de uma trajetória de crescimento consistente.

Dentre as explicações para essa desaceleração da indústria no segundo semestre, destacam-se: o cenário eleitoral que ocasionou incertezas nos agentes; retração da demanda externa; e menor produção de petróleo e gás natural.

Gráfico 7 – Índice da produção física da indústria do Brasil*



(*) Séries com ajuste sazonal
Fonte: PIM-PF/ IBGE
Elaboração: Ideies/ Sistema Findes

No Espírito Santo, a produção física da indústria recuou -2,5% no acumulado em 12 meses. As maiores quedas foram registradas nas atividades de fabricação de minerais não metálicos (-16,0%) e de celulose e papel (-7,5%). Nesta base de comparação, apenas a fabricação de produtos alimentícios (4,5%) e metalurgia obtiveram variações positivas. No acumulado do ano, a indústria geral do estado caiu -2,7%.

Contudo, a análise de setembro mostrou um bom resultado para o mês. Se comparado a setembro de 2017, a produção da indústria capixaba cresceu 3,6%. Este desempenho foi puxado pela expansão de 10,4% na indústria de transformação, com destaque para as suas atividades de metalurgia (25,8%) e fabricação de produtos alimentícios (13,0%).

Tabela 4 – Variação da produção física da indústria do Espírito Santo (%)

Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Setembro 2018/ Agosto 2018	Setembro 2018 / Setembro 2017	Acumulado do Ano	Acumulado em 12 meses
Indústria geral	0,9	3,6	-2,7	-2,5
Indústria extrativa	-5,1	-3,3	-1,0	-1,7
Indústria de transformação	10,6	10,4	-4,2	-3,4
Fabricação de produtos alimentícios	1,0	13,0	3,0	4,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-0,2	-3,0	-8,1	-7,5
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5,2	-2,7	-16,1	-16,0
Metalurgia	26,2	25,8	1,1	2,0

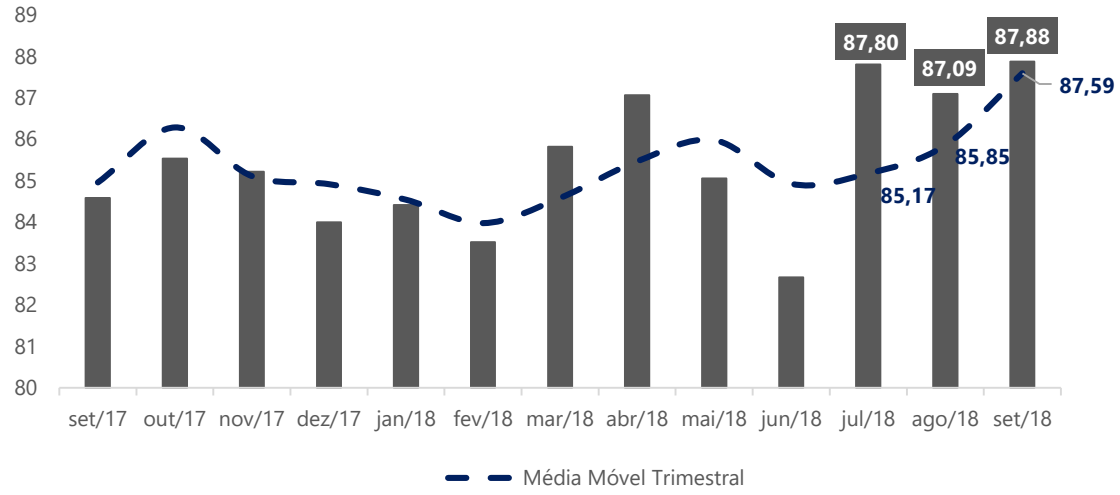
(*) Série com ajuste sazonal
Fonte: PIM-PF/ IBGE
Elaboração: Ideies/ Sistema Findes

Pela terceira vez consecutiva, o índice de média móvel trimestral com ajuste sazonal da indústria capixaba aumentou 2,0% na comparação de setembro contra agosto, enquanto a média nacional reduziu -0,9%. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento marginal em setembro, e é um indicativo de melhora da trajetória da produção industrial do Espírito Santo.

A produção de petróleo e gás natural (P&G) do Espírito Santo no mês de setembro foi, em média, de 348,4 mil boe/d, resultado -15,9% menor que a de agosto. Quando comparada com a produção de setembro de 2017, houve uma queda de -20,5%. No acumulado desse ano, a produção de P&G no estado retraiu -27,8%, maior que a queda registrada pela produção do país (-19,2%).

Tal queda acumulada no Espírito Santo pode estar relacionada ao amadurecimento dos poços em produção que, com o passar do tempo, reduzem a sua produtividade média de forma natural.

Gráfico 8 – Índice da produção física da indústria do Espirito Santo*



(*) Série com ajuste sazonal.
Fonte: PIM-PF/ IBGE
Elaboração: Ideies/ Sistema Findes

Tabela 5 -Variação da produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo (%)

		Petróleo	Gás Natural	Total P&G
Setembro / Agosto 2018	ES	-16,4	-28,4	-15,9
	BR	-1,4	6,1	0,2
Setembro 2018 / Setembro 2017	ES	-21,0	-17,7	-20,5
	BR	-6,3	-1,0	-5,2
Acumulado do Ano	ES	-27,3	-17,5	-27,8
	BR	-19,7	-28,6	-19,2

(*) Boe/d = Barris de óleo equivalente por dia. Corresponde a uma unidade de medida que permita a soma do petróleo e gás natural.
Fonte: ANP.
Elaboracão: Ideies / Sistema Findes.

No mercado de trabalho[11] do mês de outubro, a indústria total do Espírito Santo desligou mais funcionários (-7.902) do que admitiu (7.419), ocasionado o fechamento de -483 posto do trabalho, resultado da redução de -736 vagas de empregos na indústria de transformação e de -61 na extrativa mineral. Esta redução da quantidade de empregos industriais somente não foi maior devido ao aumento da quantidade de funcionários dos setores da construção civil (204) e SIUP (110).

Na indústria de transformação, as principais atividades que impactaram negativamente o seu saldo líquido de emprego no mês de outubro foram: mecânica (com -569 vagas); produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (com -258 vagas) e material de transporte (com -109 vagas). Já as maiores gerações de posto de trabalho neste setor ocorreram na metalúrgica (210), madeira e do mobiliário (68) e química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumar (21).

> ***No acumulado de 2018, o setor industrial criou de 7.825 vagas de emprego, destacando-se os resultados da construção civil (4.230) e da indústria de transformação (3.582 vagas).***

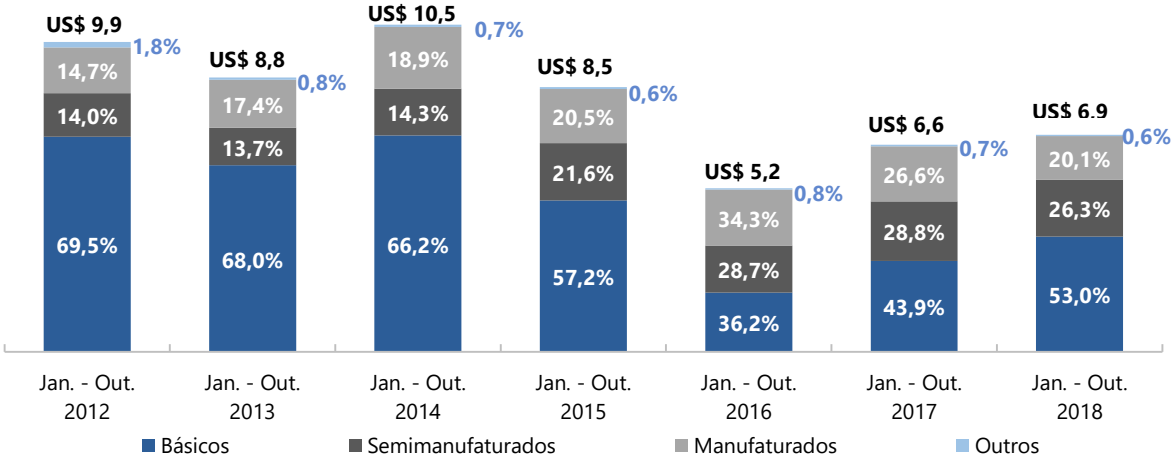
O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)[12] do Espírito Santo no mês de novembro alcançou o patamar de 63,8 pontos, próximo ao índice registrado pelo Brasil (63,2 pontos). O índice capixaba registrou um crescimento de 7,9 pontos percentuais (p.p) na comparação contra setembro de 2018 e de 5,7 p.p na comparação com novembro de 2017.

4. Comércio Exterior

No acumulado até outubro deste ano, as exportações brasileiras totalizaram US$ 199,1 bilhões, valor 8,5% e 30,1% acima do realizado no mesmo período de 2017 e 2016, respectivamente. Destacam-se as compras externas de produtos básicos (US$ 99,2 bilhões) e manufaturados (US$ 71,0 bilhões) com maiores participações, que avançaram 14,3% e 7,3%, na devida ordem. As exportações de outubro (US$ 22,0 bilhões) foram 16,6% superiores a realizada no mesmo mês de 2017 (US$ 18,9 bilhões), impulsionada pelos produtos básicos (+32,0%) e manufaturados (+11,2%).

> ***O Espírito Santo, de janeiro a outubro, exportou US$ 6,9 bilhões, representatividade de 3,5% do total das exportações nacionais. Assim como no mês anterior, o resultado capixaba ultrapassou o efetivado no mesmo período de 2017 (US$ 6,6 bilhões), com acréscimo de 4,9%, e impacto positivo apenas dos produtos básicos (+26,6%).***

Gráfico 9 – Evolução da participação no total da exportação capixaba, segundo classes (2012-2018), US$ FOB bilhões e % do total



Fonte: Funcex
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[11] Para mais informações ver Nota Conjuntural CAGED, elaborada pelo Ideies: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Nota-Caged-Novembro-2018.pdf
[12] Para mais informações ver publicação mensal do ICEI: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2018/11/ICEI-Novembro-2018_ES.pdf

As exportações do estado foram de US$ 871,1 milhões em outubro, crescimento de 22,7% em relação a outubro de 2017, puxado pelos produtos básicos, com alta de 97,9%. Nesta classe de produtos, destacaram-se as vendas externas de "óleos brutos de petróleo" (+263,2%), "café cru em grão" (+152,3%), "minérios de ferro e seus concentrados" (+69,3%) e "mármores e granitos, em bruto ou desbastados" (+62,5%), na mesma base de comparação.

O ranking dos dez principais produtos exportados pelo Espírito Santo, de janeiro a outubro, concentra 93,4% do total, aumento de 0,9 p.p. em relação ao ocorrido em 2017.

Tabela 6 – Identificação dos produtos com maior participação nas exportações capixabas, 2017 e 2018

	Descrição	2017[1]		2018[1]		(b) – (a)
		US$ mi	Part. (a)	US$ mi	Part. (b)	Var em pp
1	Minérios de ferro e seus concentrados	1.667	25,2%	2.259	32,5%	7,4
2	Produtos semimanufaturados de ferro ou aços	981	14,8%	1.063	15,3%	0,5
3	Óleos brutos de petróleo	772	11,7%	837	12,0%	0,4
4	Celulose	854	12,9%	674	9,7%	-3,2
5	Produtos laminados planos de ferro ou aços	541	8,2%	483	7,0%	-1,2
6	Obras de mármore e granito	574	8,7%	418	6,0%	-2,6
7	Café cru em grão	191	2,9%	322	4,6%	1,7
8	Tubos flexíveis, de ferro ou aço	350	5,3%	199	2,9%	-2,4
9	Demais produtos manufaturados	129	2,0%	147	2,1%	0,2
10	Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (exceto ferro gusa)	72	1,1%	88	1,3%	0,2

[1] acumulado do ano, janeiro a outubro
Fonte: Funcex
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

No Brasil, as importações somaram US$ 151,4 bilhões, no período de janeiro a outubro, ultrapassando significativamente o realizado em 2017 (U$S 125,0 bilhões) e em 2016 (U$S 114,6 bilhões), com altas de 21,1% e 32,2% respectivamente. Houve crescimento em todas as categorias econômicas, com ênfase nas aquisições de bens de capital (75,0%) e bens de consumo duráveis (38,2%), no mesmo comparativo. As importações, em outubro de 2018, alcançaram US$ 16,1 bilhões, resultado 17,7% acima do ocorrido no mesmo mês de 2017, em que os combustíveis obtiveram o maio acréscimo, elevação de 30,1%.

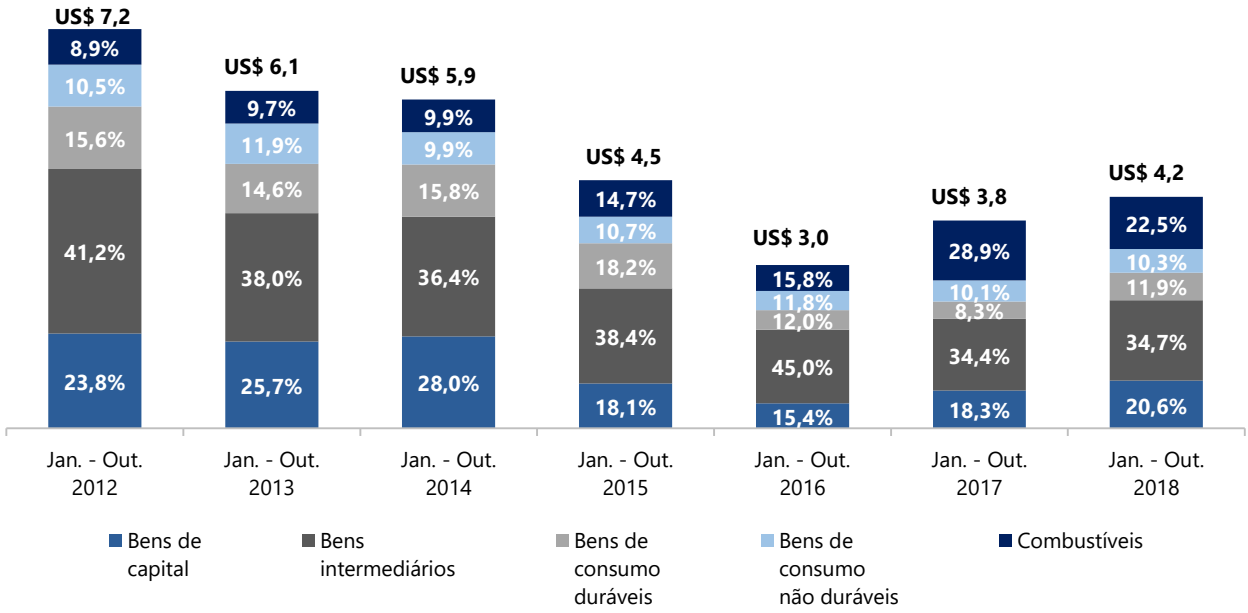
No Espírito Santo as importações totalizaram US$ 4,2 bilhões, de janeiro a outubro de 2018, correspondendo a 2,8% do total importado pelo Brasil. Esse montante ficou 11,3% acima do realizado no mesmo período de 2017 e 41,7% do ocorrido em 2016.

Ao analisar as categorias econômicas, verifica-se uma maior expansão na comercialização dos bens de consumo duráveis, com alta de 60,7% (US$ 499,6 milhões), atrelado, mais uma vez, à aquisição de automóveis de passageiros, que cresceu 69,8% (US$ 465,5 milhões).

As importações do estado, em outubro, atingiram US$ 422,2 milhões, um pequeno aumento em relação a outubro de 2017 (1,8%), entretanto, invertendo os resultados negativos em meses anteriores. As categorias responsáveis por esse avanço foram bens de consumo duráveis (26,9%), bens intermediários (12,2%) e bens de consumo não duráveis (10,7%).

No acumulado de janeiro a outubro, o ranking dos dez principais produtos importados para o Espírito Santo responde por 71,8% do total, redução de -3,0 p.p. na concentração quando comparado ao mesmo período de 2017.

Gráfico 10 – Evolução da participação no total da importação capixaba, segundo categorias econômicas (2012-2018), US$ FOB milhões e % do total



Fonte: Funcex
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 7 – Identificação dos produtos com maior participação nas importações capixabas 2017-2018

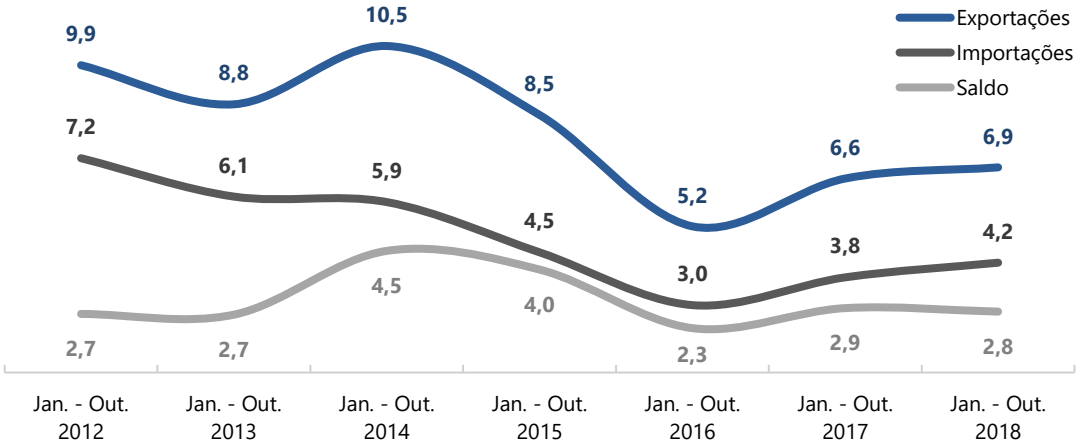
	Descrição	2017[1]		2018[1]		2018/2017
		US$ mi	Part. %	US$ mi	Part. %	Var em pp
1	Carvão mineral e gás natural	793,1	28,3%	591,5	20,4%	-7,9
2	Automóveis de passageiros	189,7	7,3%	334,0	11,3%	4,0
3	Demais bens intermediários	258,0	9,9%	239,0	8,3%	-1,6
4	Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	80,5	5,2%	213,4	7,5%	2,3
5	Aviões e outras aeronaves	124,8	6,9%	209,5	6,5%	-0,4
6	Fios, tecidos e artigos têxtis	140,6	6,1%	162,4	5,7%	-0,4
7	Produtos metalúrgicos não-ferrosos	107,6	4,4%	135,5	4,8%	0,3
8	Produto e preparos químicos diversos	94,9	3,7%	104,4	3,5%	-0,1
9	Demais produtos de combustíveis	26,4	0,7%	55,3	2,0%	1,3
10	Componentes eletrônicos e peças de máquinas de processamento de dados	51,2	1,0%	55,1	2,0%	1,0

[1] acumulado do ano, janeiro a outubro
Fonte: Funcex
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O saldo da balança comercial brasileira foi positivo em US$ 47,6 bilhões dentre os meses de janeiro a outubro do ano. A balança comercial capixaba alcançou US$ 2,8 bilhões no mesmo período, valor -3,6% menor que o do mesmo período de 2017 (US$ 2,9 bilhões).

O saldo do estado, no mês de outubro, chegou a US$ 448,9 milhões, configurando avanço de 51,9% em relação a outubro de 2017 (US$ 295,5 milhões). Este último dado tem crescimento expressivo devido ao aumento em maior proporção das exportações (+22,7%) e em menor das importações (1,8%).

Gráfico 11 – Balança comercial capixaba (2012-2018), US$ FOB – bilhões

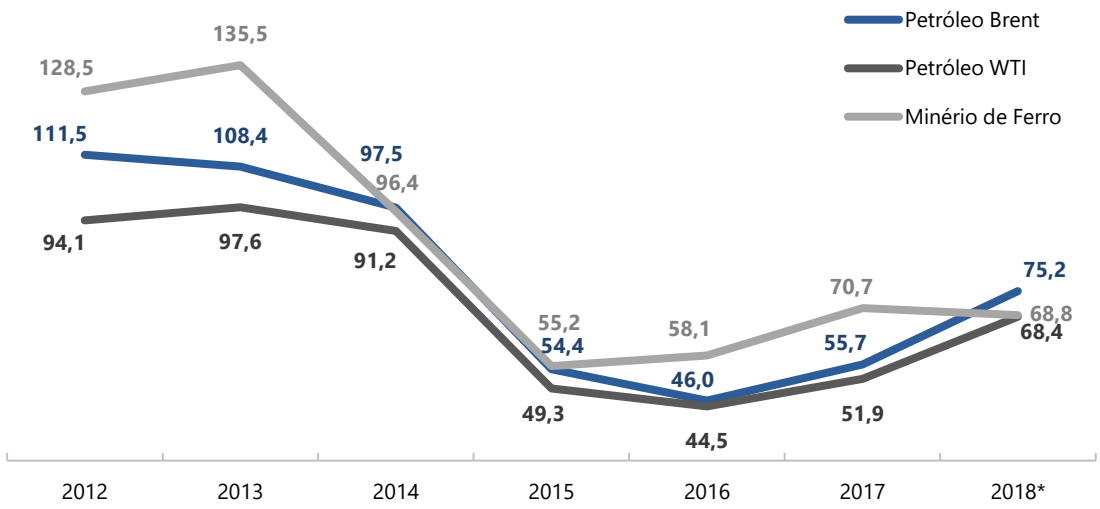


Fonte: FUNCEX
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Os preços das commodities brasileiras são indicadores relevantes a serem acompanhados na dinâmica do comércio exterior capixaba, considerando a influência que exercem sobre as exportações e, consequentemente, no saldo da balança comercial.

A média anual dos preços das commodities brasileiras segue em tendência crescente para cotações do petróleo Brent e WTI, com avanços de 32,2% e 28,4%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Por outro lado, a cotação do minério de ferro mantém desaceleração quando comparado aos preços praticado em 2017, ano de cotações elevadas, com redução de -2,1%.

Gráfico 12 – Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US$

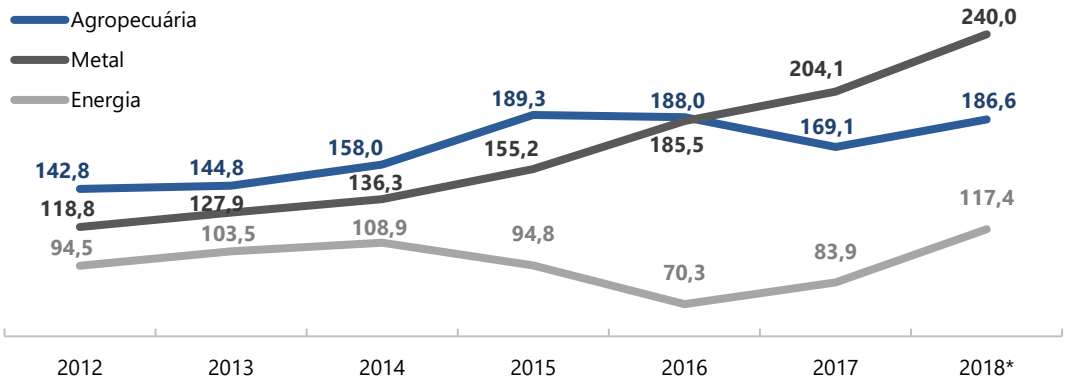


* última atualização ago/2018 minério de ferro e set/2018 petróleo Brent e WTI
Fonte: Investing
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

O Índice de Commodities Brasil[13] (IC-Br), divulgado pelo Banco Central, segue em trajetória crescente na média anual, acima dos períodos anteriores, com a exceção do grupo agropecuária influenciado pelas quedas nos preços, principalmente, da carne de boi, açúcar, milho, café, óleo de soja e carne de porco. O cenário positivo justifica-se pelo crescimento nas cotações internacionais da maioria das commodities presentes nos três subgrupos que compõem o índice.

O IC-BR avançou 16,6%, contra igual período de 2017, e 21,7% em relação a outubro de 2017. Acompanhando esse avanço, os subgrupos obtiveram resultados positivos de 39,5% em energia[14] 12,3% nas agropecuárias[15] e 6,1% nas metálicas[16], considerando o acumulado de 2018 comparado a 2017.

Gráfico 13 – Evolução dos principais grupos de commodities brasileiras, média anual (2005 = 100)



*últimos dados até outubro de 2018
Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

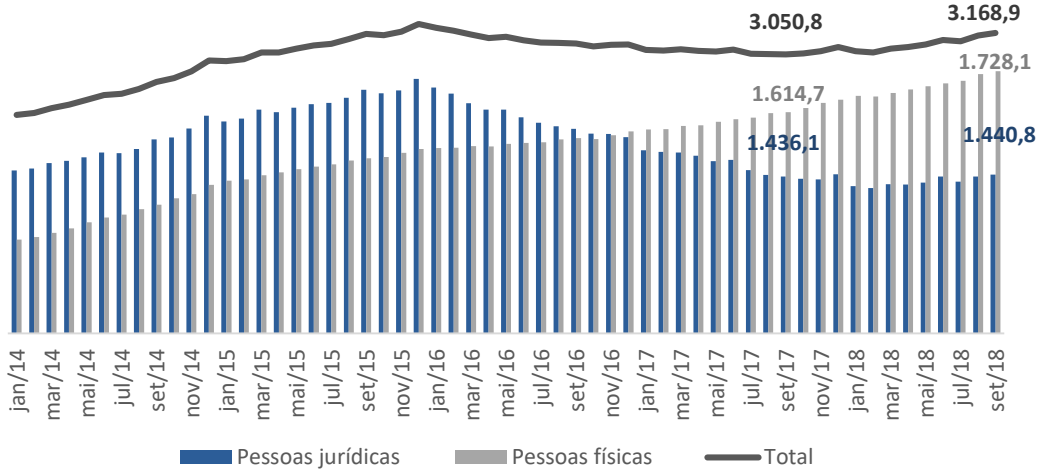
5. Crédito

O saldo total da carteira de crédito no Brasil (R$ 3,2 trilhões) teve nova elevação no mês de setembro, com alta de 0,4% em relação a agosto e de 3,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Sob a ótica por tipo de tomador, os saldos para pessoas físicas (R$ 1,7 trilhão) e para pessoas jurídicas (R$ 1,4 trilhão) também tiveram alta de 0,4% na variação mensal, mas na variação interanual o crédito para as famílias cresceu 7,0% enquanto para as empresas avançou 0,3%.

No recorte por tipo de crédito verificou-se estabilidade no saldo com recursos direcionados (R$ 1,5 trilhão) e alta de 0,8% no saldo com recursos livres (R$ 1,7 trilhão), comparando setembro contra agosto de 2018. Já na comparação em relação a setembro de 2017, o crédito com recursos livres seguiu ampliando o ritmo de expansão e cresceu 9,7%. O crédito direcionado continua em trajetória de diminuição do ritmo de queda, mas ainda registrou resultado negativo de -2,0%.

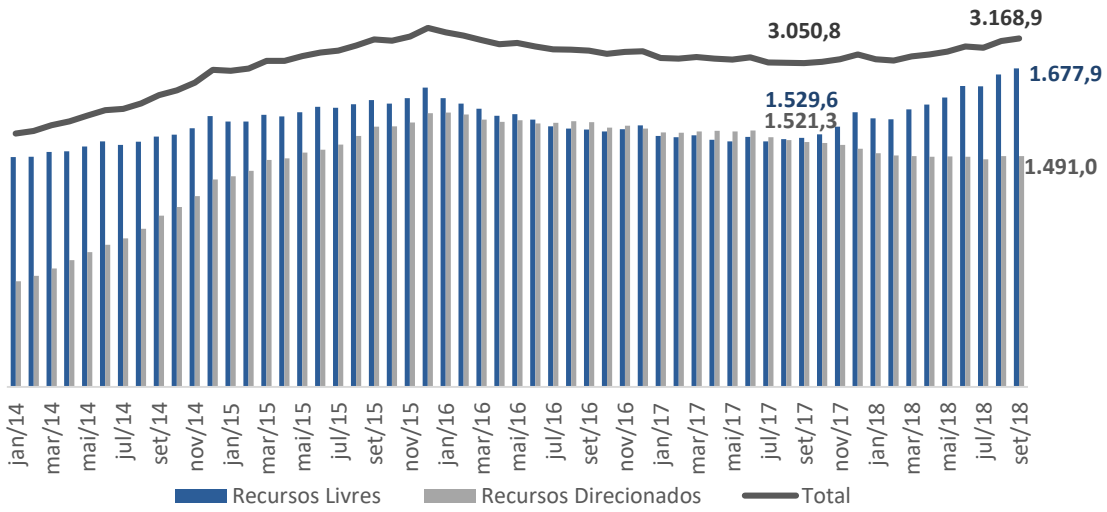
[13] O indicador IC-Br é elaborado a partir da média mensal dos preços internacionais de commodities convertidos para reais, busca refletir a relevância de cada commodity para a dinâmica da inflação doméstica e captar os impactos proveniente das variações na taxa de câmbio.
[14] Composição: petróleo brent, gás natural e carvão.
[15] Composição: carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau.
[16] Composição: alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata.

Gráfico 14 - Saldo de operações de crédito - Brasil, por tipo de tomador (em R$ bilhões)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 15 - Saldo de operações de crédito - Brasil, por tipo de crédito (em R$ bilhões)

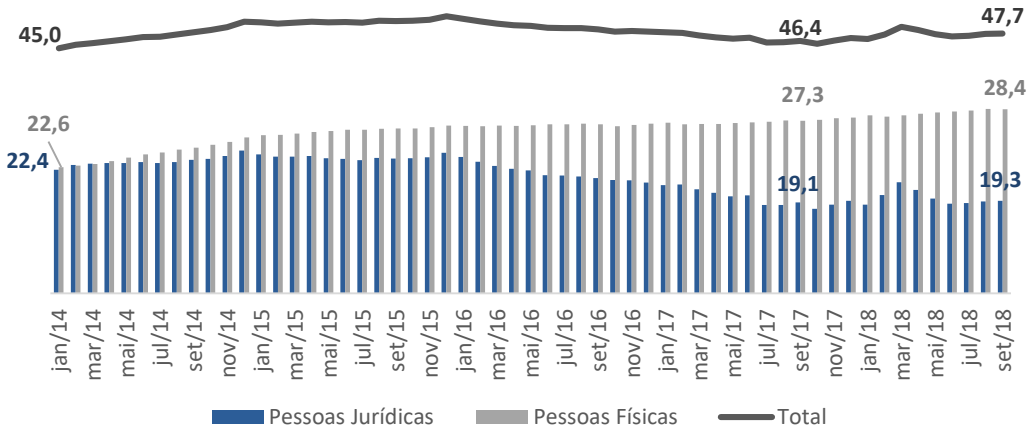


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Já o saldo total de crédito para o Espírito Santo somou R$ 47,7 bilhões em setembro, representando ligeira aceleração de 0,1% contra agosto. O saldo para pessoas físicas recuou -0,1%, totalizando R$ 28,4 bilhões, enquanto para pessoas jurídicas houve alta de 0,3%, com um saldo total de R$ 19,3 bilhões.

Na comparação em relação a setembro de 2017, o saldo das operações de crédito capixaba mostrou evolução de 2,9%, combinando altas tanto no segmento de pessoas físicas (4,2%) quanto no de pessoas jurídicas (1,0%).

Gráfico 16 - Saldo de operações de crédito - Espírito Santo, por tipo de tomador (em R$ bilhões)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

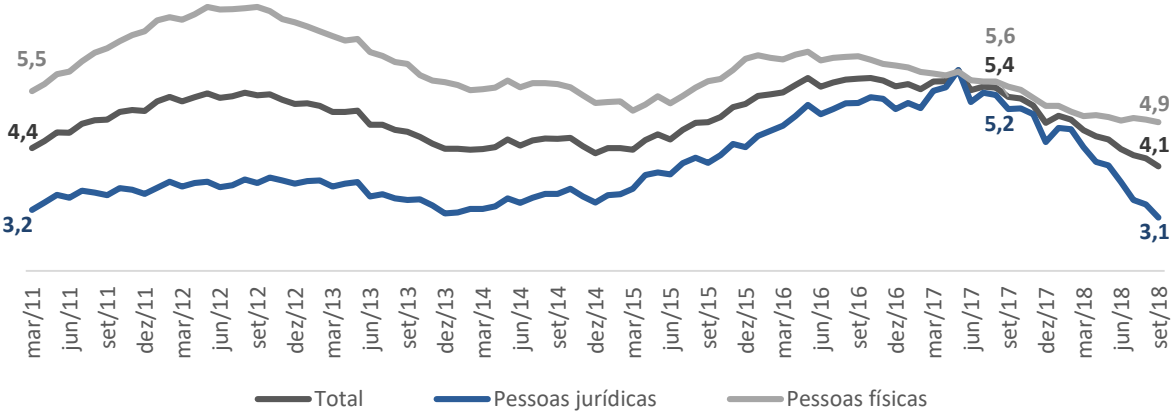
Os dados sobre a inadimplência foram os de maior destaque no setor de crédito nacional no mês de setembro. Em dois recortes a taxa registrada foi a menor da série histórica iniciada em março de 2011 pelo Banco Central: na inadimplência do crédito para pessoas físicas, que ficou em 3,4% no mês, e na inadimplência do crédito com recursos livres, que fechou em 4,1%.

A inadimplência total para o Brasil se manteve estável na casa de 3,0% pelo quarto mês consecutivo, devido à combinação de queda de -0,2 p.p. na taxa para recursos livres, e aumento de 0,1 p.p. na taxa para recursos direcionados, comparando a agosto de 2018. Sob a ótica por tipo de tomador, houve evolução de 0,1 p.p. na inadimplência das empresas e recuo de -0,1 p.p. no caso das famílias.

Na comparação contra setembro de 2017, a taxa de inadimplência total do país teve recuo de -0,6 p.p., similar ao ocorrido na taxa de pessoas físicas (-0,7 p.p.) e pessoas jurídicas (-0,5 p.p.). No recorte por tipo de crédito houve sinais contrários: a inadimplência do crédito livre reduziu em -1,4 p.p., enquanto a do crédito direcionado se elevou em 0,1 p.p..

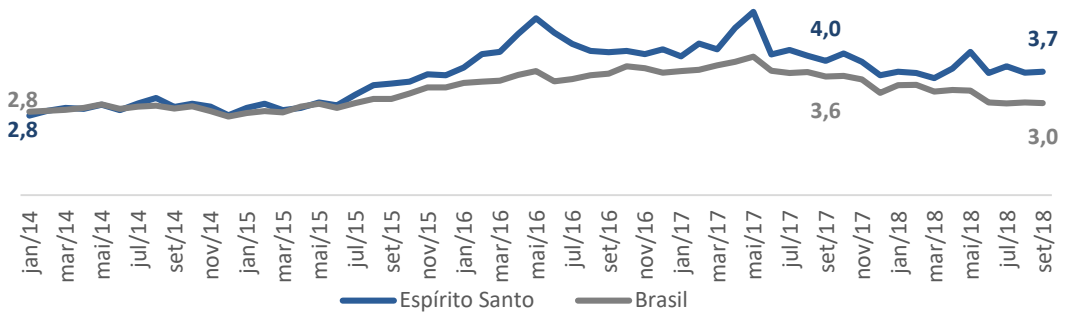
No Espírito Santo a taxa de inadimplência foi de 3,7%, mantendo-se estável em relação a agosto, tanto para pessoas físicas (4,4%) quanto para pessoas jurídicas (3,3%). Na comparação contra setembro do ano passado, a taxa total para o estado registrou redução de -0,3 p.p., com queda de -0,5 p.p. na inadimplência das famílias e alta de 0,1 p.p. nas empresas.

Gráfico 17 - Taxa de inadimplência das operações de crédito com recursos livres - Brasil, por tipo de tomador (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 18 - Taxa de inadimplência total - Brasil e Espírito Santo (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A taxa média de juros no Brasil foi de 24,4% a.a. em setembro, uma redução de -0,1 p.p. em relação a agosto, a sétima queda mensal consecutiva. Na análise por tipo de tomador, houve redução de -0,2 p.p. nos juros médios para pessoas jurídicas e estabilidade para as pessoas físicas. Já sob a ótica por tipo de crédito, as taxas de juros subiram 0,1 p.p. nas operações de crédito livre e recuaram -0,4 p.p. no crédito direcionado.

Na comparação dos juros médios de setembro contra o mesmo mês do ano anterior, houve redução em todos os recortes analisados.

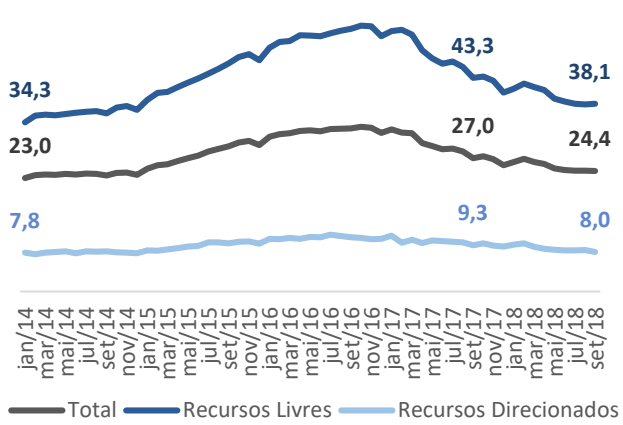
A taxa média total recuou -2,6 p.p., a 19ª queda consecutiva nessa base de comparação. Para as pessoas jurídicas houve baixa de -1,8 p.p. e, para as pessoas físicas, de -3,5 p.p. A taxa média do crédito livre teve redução de -5,3 p.p. enquanto para o crédito direcionado a queda foi de -1,3 p.p.

Em relação ao spread médio no país, houve reduções em todos os recortes analisados, tanto na variação mensal quanto na interanual.

A taxa de spread total ficou em 17,4% ao ano no mês de setembro, -0,2 p.p. a menos do que em agosto. A redução também foi de -0,2 p.p. para o crédito de pessoas físicas e de -0,1 p.p. para as pessoas jurídicas. Em relação ao tipo de crédito, ainda na comparação contra o mês imediatamente anterior, o spread das operações com recursos direcionados caiu -0,4 p.p. e para os recursos livres houve queda de -0,1 p.p.

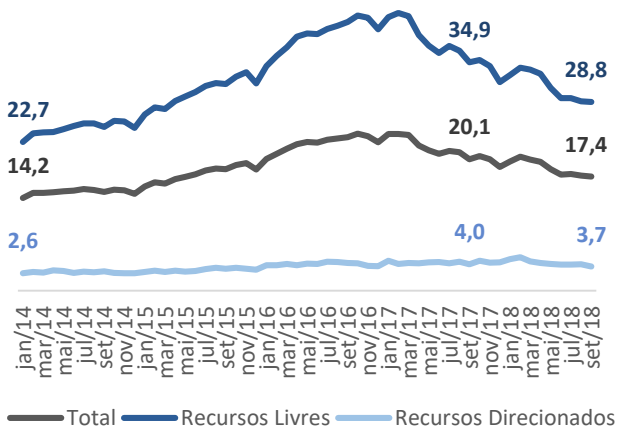
Na comparação de setembro de 2018 em relação a setembro de 2017, a queda do spread total foi de -2,7 p.p., tendo se reduzido em -1,9 p.p. no crédito para as empresas e em -3,6 p.p. para as famílias. Na segmentação por tipo de crédito o spread médio em relação ao mesmo mês do ano passado caiu -6,1 p.p. para o crédito livre e -0,4 p.p. para o crédito direcionado.

Gráfico 19 - Taxa média de juros, por tipo de crédito (% a.a.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 20 - Spread médio, por tipo de crédito (% a.a.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

No final de outubro o Governo Federal anunciou mais uma medida da Agenda BC+, relativa ao pilar "Sistema Financeiro mais Eficiente". Trata-se do Decreto nº 9.544/2018 da Presidência da República que declara como de interesse do governo brasileiro a participação estrangeira, em até 100%, no capital social de Sociedades de Crédito Direto (SCD) e Sociedades de Empréstimos a Pessoas (SEP) autorizadas a funcionar pelo Banco Central. As SCD e SEP são formatações regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional em abril deste ano, que possibilitam que as fintechs de crédito possam operar como instituições financeiras[17]. No entanto, a participação estrangeira no capital de instituições financeiras só é permitida se for declarado interesse do governo brasileiro. O novo decreto, portanto, reconhece previamente este interesse e desburocratiza a entrada ou participação de capital estrangeiro nas fintechs atuantes no Brasil, facilitando a entrada de novos atores e estimulando a concorrência no setor.

Na análise das taxas de juros médias cobradas pelos principais bancos de varejo do país para as operações de crédito de pessoas jurídicas, os dados do Banco Central revelam ligeira queda na comparação das taxas médias da primeira semana de novembro contra a primeira semana de outubro.

Tabela 8 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica
Período Analisado: de 01/11/2018 a 08/11/2018

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,2	14,9	1,2	15,8	2,5	34,3	1,6	21,5	0,3	3,9
Caixa Econômica	2,6	36,5	1,8	23,9	-	-	3,6	52,2	0,6	6,8
Santander	2,3	31,6	1,9	25,1	2,8	39,3	1,5	18,9	0,4	4,4
Itaú-Unibanco	1,6	20,7	1,6	20,7	3,5	50,2	1,7	21,9	0,5	6,2
Bradesco	1,9	24,8	1,6	21,5	3,9	57,7	1,3	16,5	0,3	4,0
Banestes	1,8	24,4	2,0	26,5	2,7	37,3	2,5	34,7	0,7	8,4
Média Total	1,9	25,5	1,7	22,3	3,1	43,7	2,0	27,6	0,5	5,6
Variação - Banestes*	**-0,2**	**-3,1**	**0,0**	**0,2**	**0,1**	**1,7**	**0,1**	**1,1**	**0,0**	**0,6**
Variação - Média Total*	**-0,1**	**-1,8**	**0,0**	**0,0**	**-0,1**	**-1,3**	**0,0**	**0,2**	**0,1**	**1,5**

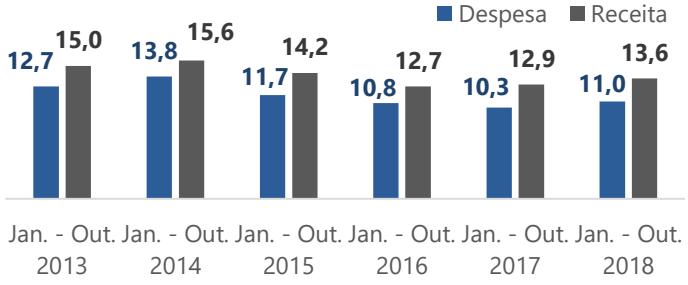
* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 03/09/2018 a 10/09/2018
Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central
Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

6. Finanças Públicas Estaduais

O estado do Espírito Santo arrecadou de janeiro a outubro de 2018 o montante de R$ 13,6 bilhões, o que representa 81,3% da receita total prevista para o ano, sendo esta, a maior soma acumulada para o período dos últimos três anos.

Em termos reais, este resultado é 4,4% superior ao dos mesmos meses de 2017 e 7,6% se considerado a valores nominais.

Gráfico 21 – Despesas e receitas acumuladas de janeiro a outubro, 2013-2018 - em bilhões (IPCA - outubro/2018)



Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[17] Veja mais sobre a nova regulamentação das fintechs em texto do Blog do Ideies, disponível em: http://www.blogdoideies.org.br/fintechs/

As despesas estaduais totalizaram R$ 11,0 bilhões no acumulado dos cinco primeiros bimestres de 2018, valor 6,5% maior que o identificado nos mesmos meses de 2017, já descontados os efeitos da inflação. Em termos nominais, o aumento foi de 9,4% no comparativo do período. O resultado orçamentário (receitas menos despesas) nos dez primeiros meses do ano foi 3,7% inferior ao do mesmo período de 2017.

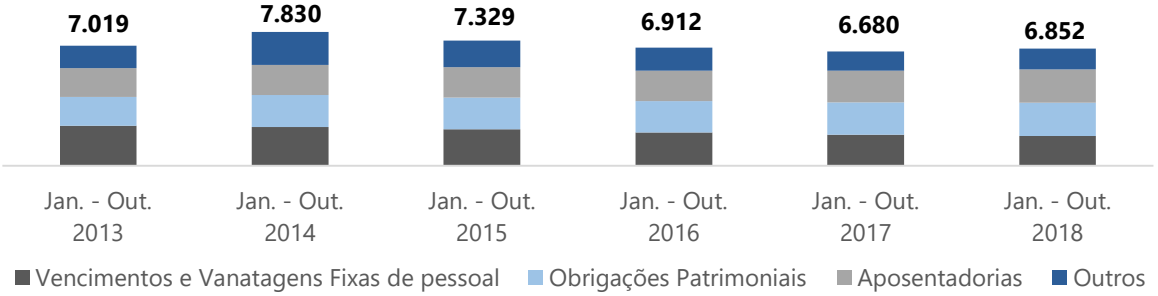
Tabela 9 – Receita e despesa do Espírito Santo, em 2017 e 2018 (IPCA – out./2018) – em mil R$

Receitas e despesas	Jan. - Out. 2017 (a)	Jan. - Out. 2018 (b)	Variação entre Jan. – Out. (%)	Previsão 2018 (c)	Realizado 2018 (d) = (b) / (c) (%)	Variação Real entre Jan. – Out.
Receita Total	**12.989.863**	**13.567.715**	**4,4**	16.686.484	**81,3**	**577.852**
Receita Tributaria	9.407.822	9.969.066	6,0	10.566.501	94,3	561.244
ICMS Total	7.844.556	8.397.287	7,0	8.826.458	95,1	552.731
ICMS - Comércio	1.430.856	1.577.949	10,3	1.678.920	94,0	147.093
ICMS - Industria	1.026.069	1.394.887	35,9	989.535	141,0	368.818
Demais Receitas Tributárias	1.998.729	1.900.660	-4,9	1.740.043	109,2	-98.069
Transferências Correntes	3.978.869	4.388.282	10,3	4.898.830	89,6	409.412
FPE	1.111.811	1.147.630	3,2	1.454.690	78,9	35.819
IPI	190.432	189.465	-0,5	228.935	82,8	-967
Royalties e Participação Especial	1.156.391	1.534.648	32,7	1.388.396	110,5	93.669.506
Demais Transf. Correntes	1.520.236	1.516.539	-0,2	1.826.809	83,0	-3.696
Demais Receitas	3.546.655	3.439.710	-3,0	5.619.628	61,2	-106.946
(-) Deduções da Receita	-3.943.484	-4.229.343	7,2	-4.398.475	96,2	-285.858
Despesa Total	**10.383.392**	**11.056.627**	**6,5**	**16.039.047**	68,9	**673.235**
Pessoal e Encargos Sociais	6.680.068	6.852.285	2,6	9.561.886	71,7	172.217
Investimentos	291.517	479.463	64,5	1.565.944	30,6	187.946
Demais Despesas	3.411.807	3.724.879	9,2	4.911.217	75,8	313.072
Resultado	**2.606.471**	**2.511.088**	**-3,7**		-	-

Nota: Despesa Liquidada.
Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A despesa com pessoal e encargos sociais acumulada, até outubro deste ano, soma R$ 6,8 bilhões, R$ 172 milhões a mais do que a registrada no mesmo período de 2017. Esta despesa responde por 61,8% do total de gastos do Governo do Estado no acumulado do ano, participação próxima a dos últimos três anos. A conta das obrigações patronais[18] é a que mais acumulou gastos até outubro de 2018 – R$ 1,9 bilhão.

Gráfico 22 – Despesas com pessoal e encargos sociais de janeiro a outubro, 2013-2018 - em milhões (IPCA - outubro/2018)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

[18] As "obrigações patrimoniais" é uma das contas que compõe a despesa de "pessoal e encargos sociais". Compreende aquelas despesas que podem ser convertidas em dinheiro, como no caso do pagamento do tributo ou cumprimento de um contrato. Inclui contribuições previdenciárias para o regime próprio de previdência e para o regime privado, contribuições do fundo de garantia por tempo de serviço, entre outras despesas.

Se comparada ao mesmo período de 2017, as despesas com investimentos apresentaram a maior variação relativa, de 64,5%, entretanto, o valor despendido nesta rubrica está em apenas 30,6% do previsto no orçamento para o ano de 2018. Assim como em 2017, a previsão orçamentária para a conta investimentos, que está na ordem de R$ 1,5 bilhão, não deve ser alcançada em 2018 – a exemplo do ocorrido nos últimos três anos.

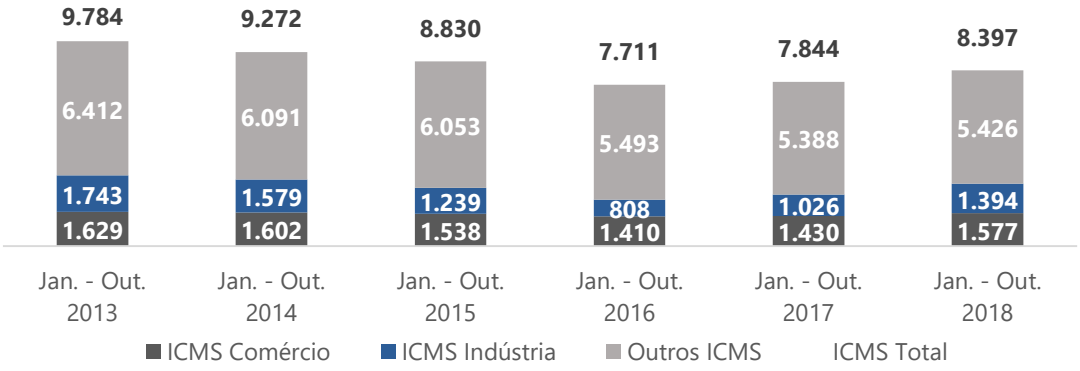
Em relação às receitas, o Estado arrecadou R$ 8,4 bilhões de ICMS. O ICMS da indústria somou R$ 1,4 bilhão nos primeiros cinco bimestres do ano, valor 35,9% superior ao do mesmo período de 2017. Interessante ressaltar que o ICMS arrecadado pelas indústrias capixabas já supera em 40% o valor total previsto para o ano.

O ICMS comércio também merece destaque. Nos dez primeiros meses de 2017, o ICMS Comércio havia totalizado R$ 1,4 bilhão, enquanto em 2018 chegou à R$ 1,6 bilhão, um aumento real, descontada a inflação, de 10,3%.

No total, o ICMS acrescentou aos cofres públicos R$ 8,4 bilhões nos primeiros cinco bimestres do ano. Este montante representa 95,1% de toda a arrecadação prevista para o período. A receita, por meio desta conta, foi 7,0% maior da realizada no mesmo período do ano passado.

As transferências correntes, que são recursos financeiros recebidos de entidades públicas ou privadas destinados ao financiamento de despesas correntes, totalizaram R$ 4,4 bilhões entre janeiro e outubro de 2018 para o Governo do Espírito Santo. O Fundo de Participação dos Estados (FPE)[19] é a transferência corrente que, individualmente, mais somou à receita – R$ 1,1 bilhão.

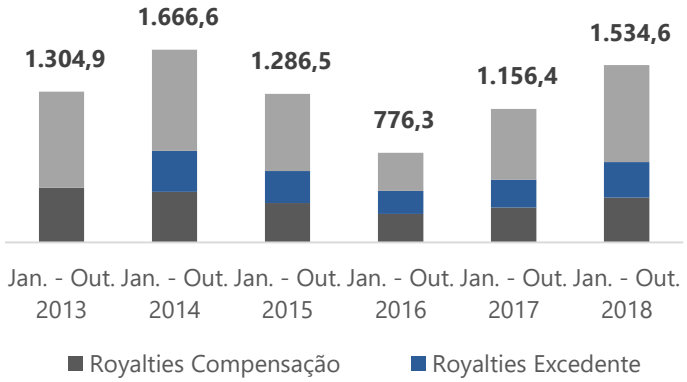
Gráfico 23 – Receitas de ICMS de janeiro a outubro, 2013-2018 - em milhões (IPCA - outubro/2018)



Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Não menos importante, as receitas provenientes do petróleo mostram-se de grande importância para as finanças capixabas. Na soma dos royalties e da participação especial, nos primeiros dez meses do ano, o governo estadual recebeu R$ 1,5 bilhão, montante 32,7% maior que o do mesmo período de 2017 e 10,5% além da previsão desta receita registrada no orçamento anual.

Gráfico 24 – Receitas do Petróleo (jan. - out.) no Espírito Santo, 2013-2018 - em milhões (IPCA - outubro/2018)



Fonte: Portal da Transparência ES
Elaboração: Ide

[19] O FPE consiste em uma transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal. Os recursos do Fundo provêm de 21,5% da arrecadação federal de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Cada Estado tem um coeficiente de distribuição próprio. Do montante total destinado a cada um, são descontados 1% para o Pasep e 20% para o Fundeb. Os outros 79%, que chegam efetivamente aos cofres dos Estados, podem ser aplicados livremente já que não há vinculação para o uso dos recursos do FPE.

7. Comentários Finais

Na reunião do final de outubro, o Copom manteve a Selic em 6,5% a.a, o mesmo patamar desde março. A última reunião do ano do Comitê acontece nos dias 11 e 12 de dezembro e não está descartada o aumento na taxa caso haja frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e dos ajustes necessários na economia brasileira.

A inflação brasileira, medida pelo IPCA, está levemente acima do centro da meta e finalizou o mês de outubro em 4,56%. Na região metropolitana os preços subiram um pouco mais que a média nacional, e o IPCA fechou em 4,89%. São os preços administrados que estão puxando a inflação para cima.

A boa notícia veio do mercado de trabalho que, pelo segundo trimestre consecutivo, reduziu a taxa de desocupação.

Passados dez meses de 2018, a indústria brasileira e, principalmente, a indústria capixaba não estão apresentando o crescimento esperado. No acumulado do ano, a produção física do Brasil cresceu apenas 1,9%, e no estado registra uma queda de -2,7%.

No comércio exterior, destacam-se as exportações capixabas de produtos básicos em outubro, com alta de 97,9%, se comparado a outubro do ano passado. O saldo da balança comercial no estado é positivo em R$ 2,8 bilhões, valor -3,6% menor que o do mesmo período de 2017 (US$ 2,9 bilhões).

Em relação ao mercado de crédito houve redução na taxa média de juros em todos os recortes analisados, comparando os dados de setembro de 2018 com o mesmo mês do ano passado. Houve queda também no spread bancário.

No âmbito das finanças estaduais, o Estado do Espírito Santo ganhou repercussão nacional por ter sido o único a ter as contas de 2017 avaliadas com a nota A pelo Tesouro Nacional. E o cenário para 2018 não é diferente. As finanças estaduais caminham para um bom fechamento de ano. Até outubro, já foi arrecadado 81,3% da receita prevista para o ano, e foram dispendidos apenas 68,9% das despesas totais.

Faltando apenas um mês para o encerramento de 2018, as notícias sobre a nova equipe econômica do próximo governo vêm ocupando espaço nos meios de comunicação. Liderados pelo futuro Ministro Paulo Guedes, o "Time de Chicago", como tem sido chamados, tentam preparar o país para uma economia liberal, discutindo temas como privatização, previdência, produtividade e questões internacionais.

Lista de Siglas e Fontes dos indicadores utilizados nesta publicação

ACC: Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Anatel: Agência Nacional das Telecomunicações
BC: Banco Central do Brasil
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Copom: Comitê de Política Monetária
Fecomércio-ES: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo
Fed: Federal Reserve – Banco Central dos Estados Unidos
Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Findes: Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FMI: Fundo Monetário Internacional
Focus: Relatório semanal organizado pelo BC, com expectativas de mercado de cerca de 130 instituições
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FOB: "Free On Board"
Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC: Índice de Atividade Econômica do Banco Central
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV: Instituto Brasileiro de Economia / Fundação Getúlio Vargas
IC-Br: Índice de Commodities Brasil
ICEI: Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IR: Imposto de Renda
LCA: LCA Consultores
MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE: Ministério do Trabalho
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Pasep: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB: Produto Interno Bruto
PIM-PF: Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PMC: Pesquisa Mensal do Comércio
PMS: Pesquisa Mensal de Serviços
RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória
SEFAZ: Secretaria de Estado da Fazenda
Selic: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIGEFES: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN: Secretaria do Tesouro Nacional

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do IDEIES – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

(27) 3334-5733 | ideies.org.br | @ideies

IDEIES

FINDES
CINDES
SESI
SENAI
IEL
IDEIES

Sistema FINDES